OS EFEITOS DO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO
SOBRE A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE UMA REGIÃO
DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

JULIO ALBERTO PAVESE

orientador: Oriowaldo Queda

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Agronomia. Área de Concentração: Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Junho, 1984

Í N D I C E

	Pag.
Resumo	i
Apresentação	01
Metodologia	10
O Reservatório de Sobradinho	14
As Obras da Barragem de Sobradinho e o seu Acampamento...	22
A Barragem e as Repercussões Sócio-Econômicas na Região do Reservatório.....	30
A Agricultura	37
A Pesca	43
O Comércio	46
A Indústria	50
O uso e a Posse da Terra em Sobradinho	53
As Classes Sociais	58
A Região de Sobradinho durante e depois da Construção do Reservatório	65
O Novo Comércio	70
A Nova Agricultura	74
A Nova Pesca	78
As Classes Socias depois da Construção da Barragem.....	81
Conclusão	85
Summary	87
Bibliografia	89

R E S U M O

Em 1972, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, subsidiária da Eletrobrás, começava a construir a Barragem/Usina e o Reservatório de Sobradinho na Região Média' do São Francisco.

A Barragem, uma imensa muralha com uma extensão total de 13 km, represou um volume de água de aproximadamente 37 bilhões de metros cúbicos e formou um reservatório com 4.214 km², na sua altura máxima.

A construção desta obra "revolucionou" toda a área em que foi implantada, não só nos seus aspectos econômicos, como também sociais, culturais e jurídicos. Na sua construção civil foram empregados, aproximadamente 25 mil operários, recrutados quase todos eles na área rural onde trabalhavam como pequenos agricultores, principalmente.

O Reservatório submergiu quatro cidades importantes da região (Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso), dezenas de povoados e provocou a transferência de, aproximadamente, 70 mil famílias para outros locais.

Um grande trecho do rio São Francisco desapareceu, virou um grande lago e a população que ali vivia deixou de ser ribeirinha, perdendo as ricas margens do rio, para viver quase que exclusivamente da agropecuária na caatinga e da pesca no lago.

Este trabalho disserta sobre os efeitos da construção e implantação da Barragem/Usina e do Reservatório de Sobradinho sobre a estrutura sócio-econômica da citada região, apontando como causas principais as mudanças ocorridas na sua base produtiva.

Mostra como uma sociedade adormecida secularmente se desperta repentinamente e se envolve num esquema produtivo onde as regras fundamentais são inteiramente diferentes das existentes até então. Mais ainda, mostra a força com que o Capitalismo Moderno penetra e se desenvolve numa determinada área rural atrasada, subvertendo e transformando toda a sua ordem sócio-econômica vigente.

Baseado, acima de tudo, numa experiência vivida por seu autor, que foi um dos responsáveis pelo reassentamento populacional do Projeto Sobradinho, este trabalho tem o propósito de colaborar com todos os que trabalham com as po-

pulações rurais do País e que são, de alguma forma, responsáveis pelo seu desenvolvimento e bem estar. Não se trata de uma Tese, mas sim do relato de uma experiência vivida e analisada do ponto de vista de um sociólogo rural.

1 - APRESENTAÇÃO

A idéia inicial deste trabalho surgiu como resultado da experiência pessoal vivida por seu autor durante 3 anos (1974, 75 e 76) como sociólogo integrante do Grupo Social do CIREC - Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho (uma espécie de Departamento do Projeto Sobradinho, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e responsável pela transferência de milhares de famílias residentes na área de inundação do Reservatório de Sobradinho.

Lotado na sede municipal de Sento-Sé, o autor participou de todos os estágios dos trabalhos de reassentamentos e relocações populacionais deste município, atuando, também, em todos os outros envolvidos pelo Projeto: Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Xique-Xique.

Contratado como sociólogo (registrado como Técnico Nível Superior Jr. I - a profissão ainda não ha-

via sido regulamentada) em março de 1974, trabalhou na região até maio de 1976, desligando-se com o objetivo de fazer o curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural, oferecido pelo Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" - ESALQ, em Piracicaba, Estado de São Paulo.

Como "Técnico de Campo" o seu contato com a realidade foi muito grande, envolvendo-se não só com a execução dos Planos, como também com a própria população da qual participou como um membro efetivo, visto morar, durante to do o tempo em que foi funcionário da CHESF, na própria área do Projeto, em povoados e acampamentos, numa relação muito intensa com a vida natural e social local.

Apesar de ter sido contratado para par ticipar dos trabalhos de transferências quase três anos após o começo das obras do Reservatório, a sua atuação se deu em quase todas as etapas e níveis do Projeto, pois em 1974 os trabalhos do Grupo Social ainda se encontravam numa fase inicial, com pouquíssimos casos de famílias e povoados transferidos. A atuação do Grupo Jurídico era muito mais intensa, as desapropriações através das indenizações se davam com relativa rapidez, principalmente dos imóveis localizados na área do Cantei ro de Obras da Barragem. Exemplo, o caso do povoado de Sobradinho que, em 1972 já havia sido totalmente indenizado e trans

ferido. Assim é que o autor foi quem executou o cadastramento da população da sede Sento-Sé e de quase todos os povoados pertencentes a este município; fez a apresentação do Projeto Sobradinho à população local, autorizou as indenizações dos proprietários que por conta própria se transfeririam (o critério oficial era o de que todo caso "conta própria" deveria ter a aprovação do Grupo Social), atendeu a população em quase todos os casos específicos ou não às transferências, relocou e reassentou famílias nos novos lugares, inclusive nas Agrovilas do Projeto Especial de Colonização - Serra do Ramalho, do INCRA; acompanhou a reorganização dos novos espaços sociais, etc.

Após quase 3 anos de trabalhos e, coincidindo com a época em que as comportas da barragem seriam fechadas para dar início à formação do Reservatório de Sobradinho e os trabalhos de relocação e reassentamentos já estavam bem adiantados, o autor se afastou do emprego e da região com o intuito de desenvolver um trabalho teórico cujo objeto seria os impactos sociais ocorridos na região de Sobradinho com a construção do grande reservatório e as transferências populacionais ocorridas.

A importância do projeto Sobradinho e a necessidade de um estudo sociológico sobre as questões dos reassentamentos populacionais e das grandes transformações

ocorridas na área a partir da implantação da obra inicial do projeto que foi a construção da própria Barragem, despertou um grande interesse no autor levando-o à tentativa de elaborar este estudo e, dessa forma, contribuir para o acervo dos conhecimentos sobre o assunto. Obras semelhantes foram, são e serão realizadas no Brasil pressupondo-se que, devido à grande experiência acumulada pelas nossas instituições oficiais, empresas particulares, técnicos de todos os níveis e disciplinas, tenhase chegado a alguma sistemática filosófica, política, técnica e científica definida (não definitiva) que, guardando as particularidades de cada caso realizado, proporcione os melhores resultados aos novos projetos, não só nos seus aspectos físicos, mas, sobretudo, sociais.

Animado por uma idéia e munido de uma sistemática antes de tudo pragmática, o autor partiu, depois obter uma documentação técnica relativamente farta sobre o assunto-tema, para um trabalho de campo que se constituiu no estudo de casos executados e em execução, visitando várias barragens onde foram realizadas transferências populacionais, tanto dirigidas oficialmente como não, isto é, relocações próprias resultantes de simples desapropriações indenizatórias.

Neste intuito, estive na Barragem de Itaipú, Porto Primavera, Pedra do Cavalo, Boa Esperança e várias vezes em Sobradinho, acompanhando, nesta última, o proces-

so de reorganização sócio-econômico da região após a construção da Barragem. Nos outros casos acima, além dos contactos institucionais, isto é, a nível oficial com técnicos das respectivas empresas oficiais, ou não, que realizaram as obras, percorreu as áreas já ou a serem inundadas, colhendo dados concretos e informações pessoais, através de entrevistas gravadas de pessoas e grupos, sobre os diversos assuntos relativos à Sociologia das relocações e reassentamentos populacionais realizados. O objetivo fundamental dessa metodologia foi o de buscar "in-loco", dados e informações variadas sobre o assunto, a fim de provar que os resultados negativos dos trabalhos de reassentamento e relocações realizados no País são causados, acima de tudo, por uma filosofia política calcada em premissas ideológicas classistas em que os interesses fundamentais, apesar de toda a camuflagem retórica, são os das classes dominantes da sociedade brasileira. Um exemplo é a grande defasagem entre os projetos e planos concebidos e a realização dos mesmos. As dificuldades, ou melhor, impossibilidades criadas pelos proprietários das áreas rurais para que suas terras sejam indenizadas e posteriormente ocupadas pelas populações afetadas pelos projetos oficiais e a debilidade das atitudes governamentais revelam, antes de tudo, uma convivência política própria dos interesses econômicos e ideológicos de determinadas classes sociais do País. Os critérios indenizatórios são outro exemplo: só é considerado proprietário aquela pessoa portadora de título de propriedade registrado em Cartório, mesmo

que a terra a pertença de fato e venha sendo por ela explorada há muitos anos. Caso contrário será conceituada e cadastrada como não proprietária e assim excluída de qualquer indenização.

Sobradinho é um exemplo desse critério, a CHESF só pagou a terra àqueles que apresentaram títulos de propriedade, no caso uma minoria insignificante em relação ao total da população rural que ali trabalhava.

Entretanto, este plano de trabalho não se concluiu como fora pretendido e a razão principal disto foram as dificuldades financeiras enfrentadas pelo seu tutor para dar continuidade aos trabalhos de pesquisa. Beneficiado inicialmente para uma bolsa de estudos cedida pelo CNPq, dela viu-se privado 18 meses depois, justamente no período mais importante do seu trabalho, o das viagens às barragens em estudo, principalmente a de Sobradinho, objeto principal deste trabalho. Apesar disto, esteve várias vezes na área do reservatório de Sobradinho, tentando acompanhar de perto alguns aspectos importantes do processo de transformações sócio-econômicas ocorridas na área como consequência da formação do reservatório.

O trabalho aqui apresentado longe está das pretensões iniciais de seu autor, a velocidade dos fatos e das transformações ocorridas na estrutura sócio-econômi

ca da região do lago de Sobradinho foi tão alta que ultrapassou os limites da sua observação empírica. Teria sido necessário uma longa permanência na região, num contacto intenso e duradouro com o objeto observado para que fôsse possível captar, entender, analisar e descrever todo o processo de reorganização estrutural por que passa a região após o enchimento do reservatório.

Isto foi impossível devido, principalmente, a falta de recursos financeiros, mas, também, de tempo necessário para tal empresa. Além disto o tamanho da região e da população envolvida com o projeto Sobradinho é tão grande que um só pesquisador seria incapaz de dominá-las sozinho, necessitando uma equipe de pesquisadores para ajudá-lo. A população atingida pelas águas do Reservatório de Sobradinho foi de aproximadamente 11.800 famílias (70 mil pessoas) e a área do reservatório na sua cota máxima tem 4.214 Km². Ou mais ainda na cota 400 m, a chamada "cota de segurança" que determina uma imensa faixa de terra envolvendo o reservatório dentro da qual foram retiradas milhares de famílias.

A partir de 1982 o autor não voltou mais a área de Sobradinho, por motivos financeiros, principalmente. Desta época aos dias atuais muita água correu sobre as comportas da barragem enquanto nas margens do grande lago a sociedade humana local entrava numa verdadeira ebulição sócio-

econômica, num processo não só de adaptação ecológica como também de reorganização estrutural, tanto a nível econômico, quanto cultural, social e político.

Por uma simplificação metodológica o objeto deste estudo - o Reservatório de Sobradinho - foi reduzido em sua magnitude territorial, isto é, dos seis municípios atingidos pelas águas e envolvidos no Projeto só o município de Sento-Sé já foi estudado, analisado e descrito com destaque, neste trabalho. Teria sido impossível realizar um estudo de todos os outros municípios por uma só pessoa (no caso o autor), devido não só ao tamanho da Área de Inundação do Reservatório (4.214 Km^2), como também da Área de Influência do Reservatório muitas vezes maior que a primeira. (Por Área de Inundação do Reservatório entende-se aquela ocupada pelo Reservatório na sua cota máxima, no caso 392,5 m. Nesta altura o lago atingirá uma área de 4.214 Km^2 com um volume de 37 bilhões de m^3 de água. Entretanto, inclui-se a esta área uma outra determinada pela cota 400 m, chamada de "Segurança", que a ampliará enormemente. Esta longa e larga faixa de terra que envolve o lago na sua cota máxima, em princípio seria inteiramente despovoada, isto é, por Decreto Federal proibida de qualquer utilização que não fosse da própria CHESF, ou órgãos oficiais. Entretanto isto não ocorreu, sendo este assunto um dos itens deste estudo.

Por Área de Influência do Reservatório entende-se aquela sujeita às mais variadas influências que o Reservatório infundirá à região. Os seus limites físicos não existem marcadamente)

Assim foram suprimidos os municípios de Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Xique-Xique. Entretanto, a redução deste universo não causará, neste trabalho, nenhum prejuízo, pois a homogeneidade da região em que estão incluídos todos estes municípios é muito grande, sob todos os aspectos: hidrográficos, climáticos, sociais e econômicos. Fora os aspectos quantitativos, todos os outros poderão ser projetados com grande similitude, quase sem nenhuma perda analítica, econômica ou sociológica principalmente. É evidente que existem diferenças particularizadoras a cada caso, mas não serão estas que interessarão a este estudo e sim, as semelhanças generalizadoras. O princípio fundamental que guiou esta posição metodológica foi a de que as estruturas sócio-econômicas dos municípios envolvidos pelo Projeto Sobradinho são idênticas e que a análise de um só Sento-Sé (o maior de todos), se ria o suficiente para a elaboração de um estudo visando todo o Reservatório de Sobradinho. No decorrer deste trabalho apresentaremos sempre elementos sócio-econômicos de todos os municípios, com o intuito de corroborar esta metodologia e provar que, se houver prejuízos, não foram significativos do ponto de vista analítico.

2 - METODOLOGIA

A base metodológica deste trabalho foi o levantamento empírico dos seus dados. Não só num período em que o seu autor trabalhou como funcionário da CHESF, como tam bém em diversas viagens que fez à área do reservatório de So-bradinho após o seu enchimento. Desde antes do fechamento da barragem, ocorrido em junho de 1976, até 1982 foi feito um a-companhamento local do processo de reassentamento da população do Município de Sento-Sé, principalmente da sede municipal e dos principais povoados: Américo Alves, Brejo de Dentro, Bre-jo de Fora, Algodoões, Piri, Riacho dos Paes, Tombador, Itape-ra, Aldeia e outros. A observação maior recaiu sobre os aspec-tos econômicos, principalmente àqueles ligados as alterações o corridas no modo de produção, isto é, no conjunto das forças produtivas e das relações de produção locais. Neste caso a aná-lise estatística quase é nula, as impossibilidades física (tem po), humana (só o autor pesquisando, sem nenhum auxiliar) e fi nanceira (a pesquisa foi financiada pelo próprio autor) leva-

ram a exclusão das análises quantitativas. Só em alguns casos as teremos e os dados utilizados foram tomados de fontes alheias, principalmente dos Projetos e Relatórios oficiais, ou de poucas coletas feitas pelas pesquisas da CHESF.

Por essa falta este trabalho parecerá pouco científico, mas não perderá o seu valor analítico pois a sua fundamentação recairá sobre uma realidade concreta onde o elemento principal é o homem e a sua atividade vital: a produção.

Este trabalho está composto de três partes que se completam em seus aspectos históricos, econômicos e sociais. A primeira apresentará a região de Sobradinho como era antes da implantação da Barragem. Não se aprofundará na sua história mas tentará reconstituí-la no que for fundamental, isto é, como a área foi ocupada, o modo de produção predominante nos diversos períodos da sua ocupação e as culturas daí resultantes. Relatará também um pouco da história da Barragem de Sobradinho, da polêmica em torno à sua construção, da sua necessidade e, principalmente, dos efeitos que o Reservatório traria aos seus meios ambientais: físicos, biológicos e sócio-econômicos. Para tal estudo o procedimento metodológico principal foi o bibliográfico; recorreu-se a uma literatura afim e à documentação periódica de alguns jornais como, por exemplo, o "Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde".

A segunda parte relatará a implantação do Reservatório de Sobradinho e o começo das grandes mudanças estruturais ocorridas na área que coincidem com a data do começo da construção da Barragem em 1972, relatando os primeiros passos dados pela CHESF nos processos de desapropriação imobiliária e de reassentamento populacional. Não terá um limite final pois se confundirá com as fases posteriores à construção da Barragem; fechamento das comportas e formação do Reservatório. A caracterização de "segunda parte" é metodológica, serviu para identificar um período importante quando foram feitas as grandes construções como a da própria barragem, das novas sedes municipais, povoados, estradas, açudes, pontes etc. Foi a "fase do dinheiro", como ficou batizada, das indenizações, "ajudas de custo", grandes negócios, desenvolvimento do comércio, especulações imobiliárias, grilagens etc.; em que a população se enganja praticamente no mercantilismo, onde tudo está subordinado ao comércio, o interesse ao lucro e ao ganho; em que, acomodada a uma atividade produtiva praticamente de subsistência a população vê-se, da noite para o dia, atirada numa estrutura onde as novas relações de produção nada, ou pouco, têm a ver com as tradicionais, onde o dinheiro passou a ser "a coisa mais importante". Esta fase nós a limitaremos em seu extremo final, no dia da destruição da ensecadeira que circundava as obras da Barragem e do retorno do rio São Francisco ao seu leito antigo, agora já interceptado pela Barragem: 26 de junho de 1976.

A terceira parte começa nesta data, quando o rio São Francisco já represado pelo fechamento das comportas da Barragem começa a acumular suas águas dando início aí ao grande Reservatório de Sobradinho. Um novo período então se abre, dando continuidade aos outros dois, mas marcando profundamente os limites de um novo estágio na história da região. A partir daí as relocações e os reassentamentos populacionais são ativados, a produção agrícola alterada (já não se planta mais nas margens do rio, na vazante, mas só na caatinga) as novas roças plantadas; a pesca, a caça, o lazer enfim toda a vida começa a ser modificada e exercida dentro de novas medidas. A reestruturação da sociedade se delinea apresentando, antes de tudo, uma forma nova de produzir e distribuir as suas riquezas.

A metodologia de estudo destas três partes expostas foi, como se disse antes, a da observação empírica, da participação efetiva do autor no local onde se deram os fatos e os fenômenos descritos neste trabalho.

3 - O RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO

O Reservatório de Sobradinho está localizado na região média do rio São Francisco, ocupando um trecho do rio que começa marcadamente na Barragem de Sobradinho e termina de uma forma difusa no Município de Barra - Estado da Bahia, localizado a aproximadamente 400 Km a montante da Barragem, implantada no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, a 50 Km da sua sede municipal. O seu nome vem do próprio local, um pequeno povoado chamado Sobradinho ou de uma pequena queda d'água famosa pelas dificuldades em ultrapassá-la fluvialmente, principalmente nos períodos de seca quando o rio diminuía o seu volume e os seus "caminhos" tornavam-se mais estreitos e rasos. Nestas épocas subir as "corredeiras" era uma verdadeira "arte" principalmente para as médias e grandes embarcações como, por exemplo, os famosos barcos de passageiros, São Francisco, Benjamin, Presidente Wenceslau, e outros. Muitas vezes eram utilizados os guinchos destas embarcações para que os mesmos pudessem subir as corredeiras de Sobradinho e se chegou

até fazer uma pequena eclusa para solucionar o problema, mas esta foi destruída na primeira cheia, antes mesmo de concluída. Sobradinho era também chamado "Curral", designação mais comum dada pela população ribeirinha a este tipo de acidente, principalmente pelos barqueiros, pela sua semelhança aos currais de gado onde só existe uma passagem: a porteira.

Aí, neste local marcante, foi construída a Barragem, uma imensa obra com uma extensão total de barramento de 13 Km, dos quais 8.207 metros de barragens e diques e 4.893 m de estruturas e serras incorporadas. No começo seria somente uma barragem, com a finalidade precípua de represar água e manter, a jusante, a regularização plurianual do rio São Francisco com vazão mínima igual a $2.060 \text{ m}^3/\text{s}$ necessária à manutenção da usina de Paulo Afonso e suas quatro unidades geradoras. Depois, maio 1974, o projeto da usina voltou a ser considerado e decidida sua construção. Uma das razões desta medida foi a crise mundial de energia e a reformulação do programa brasileiro de uso de combustíveis. O projeto foi então executado e construído uma usina de seis unidades hidrogeradoras com capacidade instalada de 1.050.000 KW para uma produção média anual de 3.800.000.000 KW/h, que, além de acrescentar a capacidade de oferta de energia elétrica para o Nordeste, passou a ter uma importância muito grande na interligação dos sistemas Norte e Nordeste com linhas de 500 Kv que interligarão Tucuruí, Boa Esperança, Sobradinho, Itaparica e o complexo de usi-

nas de Paulo Afonso.

O seu projeto é antigo e em 1961 quando era Presidente da República Jânio Quadros, foi assinado um documento autorizando a construção da barragem redigido nos seguintes termos: "Ativar Três Marias, regularizando os pagamentos e apressando as obras. Autorizo a recuperação e transferência do equipamento de Três Marias, à medida que for liberado, para Sobradinho e aprovo o plano de trabalho para a construção desta barragem, cujos trabalhos preliminares, inclusive construção do acampamento, aprovo também". (O Estado de São Paulo-24/4/61). Explicando o que seria a barragem o Sr. Dalmo Pontual, Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco - CODEVASF, declarou: "A grande barragem a ser construída no rio São Francisco faz parte de um conjunto capaz de transformar o panorama geo-econômico do Vale, hoje semi-árido, numa das áreas mais produtivas do Brasil" (O Estado de São Paulo, 25/4/61).

A construção da obra foi muito polemizada, sob todos os aspectos: desde os econômicos até os sociais. Várias correntes de opinião (e interesses) se mobilizaram para defender a sua construção, ou não, e a discussão deixou de ser exclusiva daqueles que decidiam, ou não, a sua construção para "cair na boca do povo". A profecia do Conselheiro de que o "Sertão vai virar mar", já há muito difundida popularmente na região, voltou à tona, passando a ser uma ameaça principalmen

te para aqueles que viviam nas margens do rio nos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, Remanso, Pilão Arcado, e Xique-Xique.

Mas o tempo passou e as Obras não começaram. Então em fevereiro de 1972 um novo decreto foi assinado, desta vez pelo Presidente Emílio G. Medici autorizando a Companhia hidroelétrica do São Francisco - CHESF "a proceder ' ao aproveitamento do potencial energético do rio na região de Sobradinho".

Desta vez era verdade, as obras de implantação do "canteiro de obras" foram iniciadas em junho deste mesmo ano, marcando o começo de uma nova era na região média do rio São Francisco.

As obras da Barragem de Sobradinho não será o assunto principal deste trabalho, entretanto alguma análise recairá sobre os seus principais aspectos sociais e políticos visto a grande importância que o tema apresenta.

Para se construir uma barragem do porte de Sobradinho é preciso uma mobilização imensa de multiplas espécies que vão desde os financeiros até os sociais, passando pelos físicos e biológicos. Entretanto os problemas mais di

ceis de serem resolvidos para a sua construção são os de caracteres políticos. Inicialmente é impossível se dizer qual o sentido principal e verdadeiro da obra: se político ou econômico; se houve, ou não, um sentido econômico verdadeiro ou se este não adveio artificialmente de um outro maior, o político. A questão fica sempre em suspenso. Reconhecemos que "em última instância" prevalecem os interesses econômicos dos grupos mais poderosos, mas esta lógica no Nordeste não funciona com tanta evidência quanto parece ter. Apesar de toda a força do capitalismo moderno, principalmente dos seus setores industriais e financeiros, este não conseguiu obter plenamente, nesta região, a hegemonia política tão necessária ao seu desenvolvimento. As razões disto são profundas e complexas, mas passam inquestionavelmente por aquela que é prevalecente na estrutura sócio-econômica nordestina, que é a força das oligarquias rurais oriundas e assentadas, principalmente, nos grandes latifúndios, na monocultura de alguns produtos agrícolas como o da cana e algodão e, na pecuária.

A história da construção da Barragem de Sobradinho, assim como a de muitas outras obras importantes no Nordeste, foi profundamente marcada pelo jogo de poder e interesses das classes dominantes nordestinas, haja visto o tempo de concepção do seu projeto (meados da década de 1950) e o começo das suas obras que aconteceu devido às circunstâncias especiais em que vivia o País em relação ao seu consumo de e-

nergia e combustíveis e, ao autoritarismo político dos anos 70, sob a presidência do General Emílio G. Médici. A força do Poder Executivo, tão marcante na vida brasileira depois do golpe militar de 1964, sobrepujou todas as discussões em torno da construção da barragem prevalecendo, no caso, os interesses das grandes empresas construtoras tão influentes (é sabido a participação significativa de diversos personagens do Governo Federal nas construtoras, em cargos de presidência e diretorias) e das indústrias afins como, por exemplo, de cimento e ferro.

É irrefutável a argumentação da necessidade crescente de energia elétrica para o Nordeste brasileiro e das vantagens do aproveitamento hidráulico dos nossos rios, no caso o São Francisco. Apesar do fraco desenvolvimento relativo da região a demanda de energia elétrica aumentou muito nos últimos anos, principalmente em decorrência do crescimento dos principais centros urbanos, motivados, como é bem sabido, pelo grande êxodo rural. Outra razão, muito positiva, foi a extensão do fornecimento de energia elétrica às áreas rurais, ou melhor, às pequenas e médias cidades do interior dos Estados nordestinos. Com a crise do petróleo tornou-se imperiosa a necessidade de substituir as fontes geradoras de energia movida a combustível líquido, principalmente a óleo diesel, por aquelas à força hidráulica. Em dez anos, de 1976 a

1986, a perspectiva de aumento do potencial instalado no País será de 32 milhões de KW, isto é, passará de 22 milhões para 54 milhões de KW. No Programa de Ampliação Energética do Brasil 1974-1979 construía-se ou ampliava-se as seguintes usinas hidroelétrica no Brasil: Casca III, Cachoeira Dourada, São Simão, Ilha Solteira, Assis Chateaubriand, Água Vermelha, Capivara, Itaipú, Salto Osório, Salto Santiago, Foz de Areia, Itaúba, Promissão, Paraibuna, Marimbondo, Itumbiara, Pedra, Sobradinho, Itaparica, Paulo Afonso IV, Moxotó, Pres. Castelo Branco, Tucuruí, Curuá-Una e Coaracy Nunes. Hoje este número aumentou apesar da diminuição das obras públicas provocada pela política recessiva adotada pelo atual Governo Federal, mas tudo indica que muitas outras serão construídas, à medida que a demanda nacional de energia elétrica aumente. aproveitando o grande potencial hidroelétrico da rede fluvial brasileira.

Em quase todos estes casos houve a formação de reservatórios mas em alguns as instalações de usinas vieram posteriormente, como ampliação do projeto inicial que era de represamento dos rios como forma de regularizar plurianualmente as suas vazões e fornecer, à jusante, um volume de água sempre constante necessário a manutenção de algumas usinas. Sobradinho é um exemplo deste caso, inicialmente seria somente um grande reservatório com o objetivo de regularizar o curso do rio São Francisco e fornecer água suficiente para as

usinas de Paulô Afonso, ampliadas várias vezes.

Como consequência da formação destes reservatórios, grande áreas territoriais foram submersas inundando, na maioria dos casos, várias cidades, povoados, fazendas etc. e exigindo, desta forma, a execução de grandes obras de reconstituição ambiental, física, biológica e social.

Ao presente trabalho interessará exclusivamente esta parte social, apesar de reconhecer a importân-cia de todas as outras devido à interrelação profunda que existe entre o homem, a sua maneira de produzir, sua cultura e psicologia e o meio físico-biológico em que está situado. Entretanto esta afirmação não redonda na de que o modo de produção dominante em uma sociedade é determinado pela sua geografia; mas sim, a de que esta influencia profundamente na sua formação e história. Mais adiante mostraremos como mudou a vida na região de Sobradinho em decorrência do desaparecimento do rio e o surgimento de um grande lago.

4 - AS OBRAS DA BARRAGEM DE SOBRADINHO E O SEU ACAMPAMENTO

Apesar de ter sido um único projeto, Projeto Sobradinho, as suas obras se dividiram nitidamente em duas espécies: a primeira a da construção da barragem / usina; a segunda a de implantação do reservatório, objeto principal deste estudo, devido ao seu carácter sócio-econômico, que se traduz, principalmente, nas relocações e reassentamentos populacionais e na reestruturação de toda a sociedade local. Esta distinção, entretanto, não isola estas partes inteiramente como parece à primeira vista, as obras de construção da Barragem / Usina de Sobradinho tiveram uma influência muito grande na área do reservatório sob todos os aspectos. Ela foi o início de todo o Projeto e causadora de um grande impacto sobre toda a estrutura sócio-econômica local. O primeiro grande impacto foi a criação de um mercado de mão-de-obra local que atraiu um grande contingente de trabalhadores, principalmente de origem rural. Mesmo trazendo de fora um número muito grande de trabalhadores, as companhias empreiteiras e sub-empreitei-

ras, principalmente, contrataram trabalhadores rurais da região, a maioria absoluta deles enfrentando, pela primeira vez, a condição de operários de construção e recebendo salários. Só na construção da barragem foram empregados aproximadamente 10 mil trabalhadores, havendo épocas em que este número crescia ou decrescia, a depender dos estágios da obra e do seu cronograma. O recrutamento dos trabalhadores era muito variado e normalmente ficava ao encargo de diversas pequenas firmas quase todas ilegais, isto é, sem registros. Na verdade nem firmas eram, mas sim o negócio de algumas pessoas que comercializavam mão-de-obra vendendo-as, como qualquer outra mercadoria, num grande mercado que era a Barragem. Foram feitas inúmeras denúncias sobre estas arbitrariedades trabalhistas, mas nunca qualquer providência foi tomada. O interesse maior o da construção da Barragem e qualquer reclamação sobre os seus métodos, quando não fossem de engenharia, era negligenciada e esquecida. Os recrutadores faziam verdadeiras "Bandeiras" pelo interior dos estados vizinhos à obra, quanto mais longe fossem buscar os trabalhadores mais aceitação tinham estes pois partia-se de um princípio, aliás comum a estas obras, de que, quanto menos ligado familiar e culturalmente a uma região estiver o trabalhador melhor desempenho terá este no seu trabalho e, conseqüentemente, maiores lucros dará ao seu empregador. Deslocados de seus contextos sócio-econômicos originais o trabalhador é atirado violentamente num outro inteiramente novo, como o acam

pamento construído pela empresa que pertence, ou daqueles organizados espontaneamente nas periferias das obras, caracterizados pelos seu desordenamento e pobreza e conhecidos como as famosas "vilas misérias", tão comum à vida brasileira, principalmente às grandes obras que se realizam no País.

O acampamento de Sobradinho foi projetado e construído pela CHESF com o objetivo de abrigar os trabalhadores da Barragem e posteriormente o seu pessoal de manutenção e operação. Sua concepção é marcadamente classista, a partir da própria distribuição das suas "vilas" e das características das suas instalações. Consta de três "vilas", a Santana, a São Francisco e a São Joaquim. A primeira era, no tempo das obras, a vila dos "Doutores", aquela destinada aos técnicos de nível superior da CHESF ou empresas empreiteiras, como a Hidroservice, Montreal, Servix Engenharia e outras. Está a três quilômetros da vila São Francisco, isolada de todo o movimento da obra e dos serviços de manutenção do acampamento como, por exemplo, o banco, supermercado, posto de gasolina, farmácia etc. O único equipamento alheio ao seu aspecto residencial é o hotel e o restaurante. Além desses só os de utilização da sua própria população como o clube, o cinema e a igreja. As casas, isoladas, são de ótima qualidade com 3 a 4 quartos, quintais, garagem e sistema de ar condicionado. Nenhuma taxa era paga: aluguel, água e luz, tudo de graça, e as

taxas de lazer, como cinema, eram apenas simbólicas. A Vila foi preparada com esta filosofia, a de oferecer toda a comodidade e economia possível aos seus moradores, a fim de compensar a vida que levavam ali, longe dos seus locais de origem e, presumivelmente, do conforto das grandes cidades. A vila Santana hoje é habitada por um pessoal de vários níveis, por todos aqueles responsáveis pela manutenção e operação da barragem / usina.

Seguindo, hierarquicamente, vem a vila São Francisco, ocupada por um pessoal de vários níveis, mas predominantemente médio. Ali estavam, na época da construção, os técnicos de nível médio, o pessoal de escritórios, motoristas da CHESF etc. Nenhum técnico ou nível superior morava ali, as casas eram geminadas, dois quartos no máximo e sem quintais. E mais o Centro Comercial, o Terminal Rodoviário, posto de gasolina, hospital, banco, supermercado, escolas, caixas d'água, escritórios e o restaurante da Servix Engenharia onde faziam as refeições os seus seis mil empregados. Tudo era bem mais modesto do que na vila Santana, mas a vida social era muito mais intensa e agitada.

Essas duas vilas ficam dentro de uma grande área cercada, com uma única entrada controlada por uma guarita com guardas vigilantes. Não havia controle de entrada

ou saída mas uma proteção ao seu espaço e população.

A terceira vila é a São Joaquim, a vila dos trabalhadores comuns, dos peões de obra, do salário mínimo, daqueles que fora o emprego não tinham nenhuma regalia extra, que pagavam o aluguel, a luz e a água, moravam nos barracos de madeira, nas casas de taipa cobertas de palhas, latas e papelões. A vila era aberta, isto é, não era como as outras, controlada pela CHESF; ali qualquer pessoas poderia construir a sua casa ou estabelecer o seu ponto comercial ou industrial sujeitando-se exclusivamente às regras locais. Não tinha qualquer tipo de pavimentação, o abastecimento d'água não era residencial e os serviços quase todos eram prestados por particulares. A terra era propriedade da CHESF e a cessão dos lotes para edificação das residências, pontos comerciais ou industriais feita pela Companhia, através de um escritório local. Um funcionário da empresa era o "prefeito", o responsável pela administração dos serviços públicos e da manutenção da ordem local. Apesar de ser uma vila acampamento, tornou-se uma verdadeira cidade, chegando a ter mais de 15 mil habitantes, a maioria pessoas que não trabalhavam como empregados na obra da barragem mas que ali se fixaram, temporariamente, vivendo de uma economia quase que totalmente dependente dos assalariados das construtoras. Pessoas de diversos lugares para ali se dirigiram, muitos veteranos neste tipo de vida, vindos

de outras obras de barragens e preparados para daí se mudar. Quando as obras terminassem, os trabalhadores barrageiros fossem dispensados e o dinheiro, oriundo dos seus salários, parasse de circular.

A partir de 1977 a parte de represamento da barragem estava pronta, o rio já represado, e começavam as dispensas em massa. Os acampamentos começaram a se esvaziar, levas de pessoas a abandonar o local, a circulação de dinheiro diminuir, o comércio e os serviços a declinar. Enfim, o organismo social local começou a se retrair sob todos os aspectos até chegar a um ponto de equilíbrio em que se definiu uma estrutura sócio-econômica bem distinta daquela que a caracterizou na época de construção da Barragem / Usina. A vila Santana foi deselitizada e pessoas de diversas classes e camadas sociais ali se estabeleceram. A vila São Francisco se esvaziou, a maior parte das suas casas foram desocupadas, o comércio mingou fechando vários estabelecimentos, só ficando aqueles que resolveram não partir e viver do pouco que a nova realidade econômica lhes oferecia. A cena urbana atual é desoladora, revela antes de tudo um desperdício e suscita a dúvida de que se esta forma de planejamento, isto é, fazer grandes acampamentos como o de Sobradinho, é a mais correta e econômica.

Da vila São Joaquim, conhecida popularmente como Cai Duro (o nome em si já a caracteriza muito bem) o quadro físico-social que ficou foi o mais chocante possível. A primeira impressão que se tem é de que a cidade foi parcialmente destruída por alguma catástrofe (guerra ou terremoto), restando apenas uma pequena parte dos seus edifícios e habitantes.

A sua decadência começou praticamente a partir de 1977 quando as obras da barragem começaram a declinar e diminuir o número de operários. Consequentemente o volume de dinheiro circulável diminuiu muito provocando uma grande depressão na economia local, principalmente no comércio. Os bares e boites foram os primeiros a sentir o tranco das demissões em massa. A clientela numerosa dos sábados à noite, principalmente dos dias de pagamento, começou a sumir vertiginosamente indicando que a obra chegava a estágios finais, trazendo a decadência de todo o acampamento, principalmente da vila São Joaquim.

A vila não desapareceu inteiramente, a própria manutenção e operação da Barragem / Usina ainda contribue substancialmente para a sua sobrevivência sócio-econômica, pois um grande número de operários, principalmente da

CHESF, ainda se utiliza dos seus serviços e equipamentos, como os poucos bares, boîtes, oficinas mecânicas, armazéns, feiras livres, etc. Outra causa, sem dúvida alguma a mais importante para esta sobrevivência, foi a consolidação de uma estrutura sócio-econômica própria, com base numa economia rural local, exercida por uma população relocada ou reassentada pela CHESF (o caso do povoado de Sobradinho) ou por aquela que ali se estabeleceu por conta própria e se fixou com solidez e independência da barragem. São os pequenos produtores rurais, comerciantes e funcionários da própria barragem, homens, mulheres e crianças que hoje dão vida a vila São Joaquim, ou melhor, ao Cai Duro.

5 - A BARRAGEM E AS REPERCUSSÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NA REGIÃO DO RESERVATÓRIO

Antes era uma região adormecida tanto econômica quanto socialmente, o elemento mais importante era o rio, razão da própria ocupação territorial e da sociedade que ali se estabeleceu desde os primórdios da Colonização. Quando a Barragem de Sobradinho começou a ser construída o quadro estrutural sócio-econômico estava claramente definido e consolidado, apresentando um retrocesso econômico notável, principalmente a nível das forças produtivas.

É necessário colocar aqui que a razão (uma dentre muitas) fundamental desta decadência estava no carácter profundamente conservador das relações de produção do modo de produção local e da intransigência política-ideológica das classes dominantes, aferradas a um poder absoluto e incontestável durante séculos. A região praticamente se isolou do resto do Estado e do País pois não conseguiu acompanhar às

grandes transformações que ocorreram no País a partir da década de trinta, quando é implantada uma nova política nacional sob a égide do presidente Getúlio Vargas. As oligarquias locais, como em quase todo o Nordeste, resistiram ao extremo às pressões da nova orientação e, se é verdade que perderam muito do seu poder político a nível central, souberam manter a sua hegemonia tradicional, através, principalmente, de alianças com as novas forças que se afirmavam no cenário da vida nacional. Tradicionais mandantes de uma imensa população, assim continuaram, detendo o controle de uma força fundamental às regras republicanas, ou seja, a do voto eleitoral. A região era (e é ainda) um imenso "curral eleitoral", dirigida pelas mesmas oligarquias familiares de antanho representadas pelos seus famosos coronéis que, no momento decisivo da vida republicana, isto é, das eleições, decidia os resultados regionais, elegendo este ou aquele candidato para o poder Legislativo ou Executivo. Este poder foi decisivo para a manutenção das regras políticas regionais e determinante sobre a sua economia, pois, conseguiu preservar de forma quase intacta uma estrutura sócio-econômica conservadora e reacionária, no sentido de que refratava toda e qualquer transformação modernizadora coerente com as forças progressistas do País.

O poder de resistência destas oligarquias foi surpreendente; se por um lado elas resistiram às forças progressistas do momento histórico, soube, por outro, aliar

se a elas oferecendo-lhes o elemento mais importante da substância republicana: o voto eleitoral. Em troca recebeu concessões econômicas e políticas importantes conquistando, ou, melhor, mantendo a sua participação na vida política nacional.

Na área de influência do reservatório de Sobradinho na época da sua construção essas oligarquias ainda existiam, detendo a hegemonia política de sempre. Foram os grandes opositores da construção do reservatório pois previram, com lucidez e sabedoria, o que significaria para a sociedade local a implantação de uma obra daquela magnitude. No mínimo o enfraquecimento político do seu poder e consequentemente do seu pretígio social e econômico. Resistiram quanto puderam, mas logo se aliaram aos construtores da Barragem (CHESF, INCRA e ELETROBRÁS principalmente) no sentido de, já que não podiam interromper as obras, aproveitar, sob todos os pontos de vistas possíveis, o máximo das vantagens e oportunidades que a situação lhes oferecia. O primeiro entendimento entre as partes foi no acerto das indenizações das suas propriedades e benfeitorias. Sabendo do poder e pretígio que tinham, fizeram negociações formidáveis com o Setor Jurídico do CIRES (Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho) indenizando por altos preços o que tinham ou não direitos, e até mesmo o que não existia. Nesse ponto, das indenizações, a CHESF também jogou com sabedoria, quebrando a resistência desses grupos com

bons preços para suas propriedades e benfeitorias. Os critérios de avaliação e indenização foram especiais, bem diferentes daqueles usados para a população pobre e desprestigiadas que, não sendo, na maioria absoluta dos casos, proprietárias legais das terras que trabalhavam, não receberam nenhuma indenização por estas, mesmo sabendo-se que a terra era o meio de produção principal para elas.

Todavia os entendimentos não ficaram só nas indenizações, as alianças proveitosas de ambas partes se deram também nas prestações de serviços, empregos e construções de obras fora dos projetos oficiais com propósitos nitidamente políticos. Por exemplo: o asfaltamento da rodovia que liga Sobradinho à sede do Município de Sento Sé e da construção do seu hospital.

Satisfeitas as suas exigências, as velhas ligarquias sobreviveram vitoriosas, mantendo mais uma vez a sua hegemonia política. Uma destas grandes vitórias foi a nomeação dos prefeitos, interventores federais depois que a área do reservatório foi considerada de segurança nacional, to dos eles velhos oligarcas locais. Para Sento Sé, por exemplo, foi indicado o Sr. Demostenes Sento Sé, velho "cacique" local, membro da família mandante há mais de um século; e para Casa Nova o engenheiro Adolfo Viana, também chefe de uma tradicional oligarquia familiar.

As estruturas sociais locais se modernizaram relativamente, decorrente de uma abertura forçosa provocada pela construção da Barragem e do Reservatório de Sobradinho que ampliou imensamente o conjunto das relações sociais na área sem conseguir, entretanto, alterar a correlação entre seus elementos fundamentais, isto é, entre as classes sociais. Os velhos oligarcas continuaram nas suas antigas posições, no topo da pirâmide social dominando, como sempre, o resto da sociedade local.

A pobreza generalizada era característica mais destacada do quadro social da região de Sobradinho quando da construção do Reservatório a partir de 1972. A população extremamente pobre vivia praticamente da agropecuária, da pesca no rio São Francisco e suas lagoas e de um pequeno comércio concentrado nas sedes municipais, ou no próprio rio, exercido pelos barqueiros que transportavam as mercadorias para outros comerciantes ou as vendiam diretamente nos seus próprios barcos. A agricultura era extremamente rudimentar, praticamente de subsistência, para o consumo familiar. Quase sempre não havia excedentes a não ser nos períodos excepcionais, quando o clima permitia um bom período de chuvas ou os preços de alguns produtos locais no mercado não regional eram compensadores e deixavam algum lucro, incentivando, com isto, alguns lavradores. A cebola, mamona e o algodão eram os produtos mais cultivados, tendo quase sempre um carácter mercantil de propor

cionar algum cápital, acumulado só pelos médios e grandes lavradores, geralmente vindos de outras regiões do nordeste. A cebola era o produto mais comercializado na região; de fácil plantío e custos baixos, o seu cultivo era efetuado por muitos lavradores, pequenos, médios e grandes, como uma forma fácil de lucrar e se capitalizar. Para os pequenos lavradores isto significava a possibilidade de adquirir algumas mercadorias extras, como alguns gêneros alimentícios não produzidos por eles ou produtos manufaturados, tais como sapatos, roupãs, utensílios domésticos, máquinas de costura, bicicletas, aparelhos de rádio portatéis etc. A cebola, entretanto, é uma lavoura "perigosa", o sucesso do seu plantio e comercialização depende de muitos fatores alheios ao controle dos produtores, como o das pragas e de preços. "Plantar cebola é como jogar na loteria, depende da sorte: um ano pode dar muito dinheiro; no outro só prejuízos". Às vezes não compensa nem arrancá-la do chão e o jeito é deixá-la apodrecer ali mesmo. Esta variação às vezes é catastrófica, pode significar o aniquilamento econômico dos produtores, principalmente daqueles que investiram capital no plantio, conseguido através de empréstimos bancários sob hipotecas das suas propriedades. A cebola é plantada sempre nas margens do rio ou próximo a alguma lagoa, pois depende de uma irrigação artificial feita através de moto-bombas. Na região de Sobradinho era plantada nos municípios de Sento Sé e Casa Nova.

O algodão era outro produto bem cultivado na região e de uma comercialização também instável, devido a vários fatores, mercadológicos principalmente. As plantações eram pequenas, com poucas exceções, e muitas vezes ficavam abandonadas devido aos baixos preços do mercado. Quando estes reagiam a lavoura era reanimada, novos algodoads plantados, os antigos limpos e o produto comercializado, sendo vendido aos comerciantes locais e barqueiros, e revendidos às empresas de Juazeiro e Petrolina, principalmente.

A mamona e outros produtos estavam sujeitos às mesmas regras capitalistas, provocando com isto receio e desestímulo em muitos lavradores que, na incerteza de sucesso dos seus empreendimentos, optava em só plantá-la quando estavam assegurados bons preços. A mamona é, das culturas plantados na região, a de maior resistência à seca, não reque-rendo nenhuma outra molhação a não ser a das chuvas. Uma vez plantada resistirá vários anos sem cuidados, às vezes perdida dentro da caatinga em roças abandonadas ou em estado silvestre. A sua coleta é realizada geralmente por mulheres e crianças numa ação extrativa isolada; depois o grão é descascado e vendido nos pequenos armazéns e vendas das cidades e povoados, ou simplesmente trocados por outras mercadorias.

6 - A AGRICULTURA

A agricultura na área estava classificada em três tipos de acordo com a localização das roças e da molhação: de vazante, caatinga e irrigada. As duas primeiras eram as mais comuns, praticadas pela maioria da população da região num sistema de conjugação indispensável à sua sobrevivência. As deficiências edafológicas e climáticas, aliadas às econômicas e ao tamanho das propriedades, forçavam ao agricultor local a se utilizar destes dois regimes como a única forma de produzir o suficiente para a manutenção familiar. É quase impossível aos que alí vivem da agricultura sobreviver de um só desses regimes, seja êle o de vazante ou de sequeiro (caatinga). Quase todos os lavradores do Município de Sento Sé contactados na pesquisa deste trabalho afirmaram com os dois regimes e que seria impossível viver sem eles, conjugadamente. Dos 608 lavradores foreiros que plantavam nas ilhas do município de Sento Sé todos tinham outras roças no sequeiro, dentro da caatinga, e viviam da produção conjugada dos dois regimes.

O sistema funcionava assim: no fim de março ou começo de abril, quando desciam as águas do rio São Francisco e suas margens se descobriam, novamente fertilizadas pelas matérias orgânicas ali depositados pelas cheias, o lavrador fazia a sua roça de vazante (molhada ou de lameiro) plantando as espécies tradicionais: feijão de arranque, milho, batata doce, abóbora, mandioca, melancia etc., quase todos produtos alimentícios destinados ao consumo próprio. As roças ali eram muito pequenas, e nos casos das ilhas de Sento Sé, sua média era 3,4 tarefa, (1 ha) aproximadamente, das quais eram cultivados, em média, 2 tarefa. Isto porque só uma faixa estreita da margem de aproximadamente 4 a 5 mts. de largura era aproveitada para o plantio, pois a partir destes limites a terra já se tornava fraca e improdutiva e seu aproveitamento só possível mediante irrigação. Entretanto, apesar desta exiguidade fundiária as roças eram as responsáveis pela maior parte da produção agrícola local e, como já foi dito, seria impossível à população viver sem elas. Para se ter uma idéia objetiva desta afirmação, vejamos o seguinte Quadro elaborado para o "Plano de Anexação da Sede Municip_{al} de Sento Sé aos povoados de Tombador, Riacho dos Paes, Itapera e a Vila Castelo".

Quadro I

Local das roças no Município de Sento Sé.

LOCAL	VAZANTE	CAATINGA	CAT / VAZ	TOTAL
Sento Sé	40	9	51	100
Tombador	80	23	41	144
Riacho dos Paes	33	5	74	112
Itapera	54	-	73	127
Vila Castela	2	2	3	7
TOTAL	209	39	242	490

Fonte - Pesquisa Chesf

Data - 1974

De 490 lavradores entrevistados 209 (42,9%) só plantavam nas vazantes do rio (terras firmes ou ilhas), isto é, não tinham nenhuma outra roça em outro regime; 34 (8%) só plantavam na caatinga; e 242 (49,4%) nos dois regimes, vazante e caatinga fazendo o sistema de rodízio característico da agricultura local. Por este quadro pode-se avaliar que o regime exclusivo de caatinga era quase nulo e os casos existentes eram de pessoas que não conseguiram, de nenhuma forma, uma área na vazante devido à sua total ocupação; ou de médios e grandes agricultores que plantavam nas épocas de chuvas

alguns produtos comercializáveis. Os pequenos produtores que só plantavam na caatinga, geralmente tinham outras atividades produtivas: ou eram pescadores que vendiam o pescado; ou trabalhadores assalariados que plantavam nos dias de folga; ou pequenos pecuaristas.

Podemos afirmar que aos pequenos lavradores da região de Sobradinho era quase impossível viver de uma agricultura praticada exclusivamente nas terras da caatinga (regime sequeiro), havendo, inclusive, povoados em que não havia uma só família que assim o fizesse. Exemplo: Itapera.

Chegando o mês de outubro as roças na vazante tinham que ser colhidas, pois logo viriam as chuvas e o rio encheria novamente inundando toda a sua margem e submergindo tudo que nela estivesse plantado. Neste mês o lavrador começava também a preparar a sua "roça de seca", isto é, na caatinga, promovendo a limpeza do terreno, afofando a terra e cercando a área. Logo chegavam as chuvas do inverno e se daria a semeadura de quase os mesmos produtos que eram plantados na vazante. O feijão de corda (na vazante era o de arranque) a abóbora, melancia, maxixe, milho, mandioca e outros poucos vegetais. Tudo também em pequena quantidade, a área média das roças era de 4 a 5 Tarefas (1,5 a 2 ha) um pouco maior do que as das de vazantes.

O tamanho das roças da caatinga era dado por fatores acima de tudo produtivos, estando muito mais relacionado à força de trabalho do lavrador e da sua família do que à disponibilidade de terras para plantar. Ao contrário das vazantes a caatinga oferecia áreas ilimitadas podendo o lavrador escolher com relativa facilidade o local e a área para poder fazer a sua roça. Isto se devia ao fato de que quase a totalidade das terras da área de Sobradinho pertenciam ao Estado da Bahia e eram devolutas. Fora estes fatores haviam outros importantes como por exemplo a capacidade de armazenamento e consumo dos produtos, e as dificuldades para a sua comercialização. Com tudo isto o lavrador plantava o estritamente necessário a sua manutenção, normalmente baixa e pouco exigente em qualidades.

As roças de caatinga duravam até maio aproximadamente, quase tudo era colhido neste mês com exceção de alguns produtos que duravam mais tempo, como a mandioca por exemplo. Depois da colheita elas eram praticamente abandonadas, o lavrador voltava às atividades na vazante, pois neste período o rio descia e descobria as suas margens possibilitando ali um novo plantio. Estava feito o ciclo vazante/sequeiro e fechado um sistema fundamental à produção e reprodução da vida humana na região.

A importância deste sistema é profun-

da, como base principal de um sistema produtivo êle determinou uma super estrutura própria em todos os seus níveis, notadamente culturais. Viver em dois ambientes tão distintos como a beira de um rio e o interior de uma caatinga, convivendo regularmente com a abundância de água e a sua falta total, determinou características culturais e psicológicas muito marcantes no homem da região estudada. Qualquer estudo de carácter sociológico, antropológico ou psicológico que se faça deverá, obrigatoriamente, levar em conta este fato econômico.

Um dos grandes impactos causados pelo Reservatório de Sobradinho na economia e sociologia da região foi a supressão quase total do sistema vazante/sequeiro. Com o enchimento do reservatório e o reassentamento das populações para outros locais afastados da água, praticamente foi abolida a agricultura de vazante.

7 - A PESCA

A pesca era outra atividade econômica importante para as populações da região. Exercida quase que artezanalmente por quase toda a população, ela significava uma parcela importante da sua alimentação suprimindo, em parte, as suas necessidades de proteínas. Profissionalmente era praticada somente por poucos grupos (e com maior intensidade nos períodos das secas do rio quando formavam nas suas margens lagoas onde acumulavam os peixes) de forma rudimentar e desorganizada. As técnicas de captura variavam muito, indo da simples linha com anzol até à grande rede de círculo, à famosa "Tresmalho", responsável, em parte, pela queda da piscosidade do rio nos últimos tempos. Quase sempre praticada isoladamente ou por pequenos grupos era colonizada em alguns povoados como Marcos, por exemplo, um pequeno povoado próximo à cidade de Remanso. Ali a população vivia praticamente da pesca exercendo a agricultura subsidiariamente, ao contrário da maioria da população da região. Este foi um dos povoados que mais resistiu '

aos trabalhos de relocação feitos pela CHESF, pois os planos para a sua transferência inicialmente não levavam em conta a sua característica econômica principal: ser uma população de pescadores e não de agricultores.

Antes da construção do Reservatório de Sobradinho, a pesca na região intensificava-se praticamente durante os quatros meses de entressafra agrícola, exercendo, neste período, uma forte influência sobre a formação da renda monetária da população. Como foi dito, o seu aumento se verificava durante as secas do rio, nas lagoas próximas ao seu leito ou nas formadas pelo esvaziamento dos seus braços. A pesca aí era controlada pelas prefeituras locais ou particulares que se diziam donos das lagoas, normalmente cobrando um imposto ou pagamento que variava de local. Às vezes o sistema de divisão era "meio-a-meio", metade para o pescador, e metade para o "donos" da lagoa.

A maior quantidade do pescado era salgada para ser estocado e comercializado. A venda se dava através de vários intermediários, que começava com o comerciante local, o barqueiro ou o camioneiro que comprava direto do pescador, e ia até o comerciante das cidades grandes como Juazeiro, Petrolina, Teresina, Jequié, Vitória da Conquista etc. O peixe fresco era vendido e consumido nos próprios locais de

pesca ou nas feiras livres, nas sextas-feiras e sábados.

Na época imediatamente anterior à construção do Reservatório de Sobradinho, a pesca estava em franco declínio, por causa da diminuição da produtividade do rio e dos preços do pescado.

8 - O COMÉRCIO

O comércio na área do Reservatório de Sobradinho na época do começo das obras era muito pobre e em pleno declínio. A maior parte da produção agrícola ou pecuária era destinada ao consumo próprio, pouco sobrando para a comercialização. Poucas eram as famílias que, vivendo da agricultura nos moldes descritos, conseguiam algum excedente para comercializar e obter alguma renda monetária. A maioria produzia exclusivamente para o "gasto próprio", quase sempre sem deixar qualquer excedente para a comercialização. A venda dos produtos se dava geralmente de forma direta nas feiras públicas das sedes municipais nas sextas-feiras e sábados de todas as semanas. O produtor nunca se desfazia totalmente da sua produção, e sim paulatinamente, à medida em que precisava de algum produto que ele não produzia, como os manufaturados por exemplo: roupas, sapatos, remédios etc. Fora as feiras públicas as vendas eram também feitas diretamente aos Intermediários, no caso os pequenos comerciantes locais, ou os de fora que percorriam

a área comprando alguns produtos sazonais ou estocados. Havia preferência por estes comerciantes pois eram os que melhores 'preços pagavam pelos produtos, devido ao fato de serem os intermediários diretos entre os produtores locais e os comerciantes varejistas das grandes cidades da região. Algumas décadas atrás eram eles os barqueiros, proprietários de grandes barcas que percorriam o grande trecho navegável do rio (Trecho Juazeiro (BA) - Pirapora (MG)) parando em vários locais para os contactos com uma freguesia já certa ou eventual. Comprando, eles também vendiam quase todas as mercadorias procuradas pelos consumidores ribeirinhos e interioranos. Suas barcas eram verdadeiros armazéns flutuantes, esperadas ansiosamente, nos dias certos em cada povoado, por uma multidão que se abastecia regularmente do que necessitava.

O comércio flutuante nas barcas começou a declinar à partir da década de 50 deste século, como consequência direta do desenvolvimento da indústria automobilística brasileira e da utilização do caminhão como veículo de cargas principal utilizado. Esta década marca, também, o início da construção e melhoramentos das rodovias brasileiras alterando profundamente a estrutura e o sistema de comunicações viário. Na região, o caminhão chegou e rapidamente substituiu as barcas em grandes trechos do rio, principalmente no abastecimento das sedes municipais que passaram a ser ligados as

grandes cidades circunvizinhas por estradas de rodagens. A rapidez de entrega e a diminuição dos fretes das mercadorias imediatamente levou a substituição das barcas pelos caminhões, proporcionando a quase extinção destas. O quadro virou a partir de 1973 com o início da crise dos combustíveis derivados do petróleo e do aumento dos seus preços. Com a construção da Barragem/usina de Sobradinho e o enchimento do Reservatório, as barcas praticamente se extinguíram, pois devido as novas condições de navegação do lago tornaram-se impróprias e obsoletas. Quase todas foram indenizadas pela CHESF ou, as que restaram, passaram a operar num trecho bem menor que o de antes, no que vai do município de Xique-Xique (BA) à Pirapora (MG).

Fora o pequeno comércio exercido pela maioria dos pequenos produtores da região do Reservatório de Sobradinho, havia um outro de carácter atacadista ou varejista praticado quase que exclusivamente nas sedes municipais, variando de volume e valores de acordo com o município. O mais importante era o de Remanso, a maior das cidades atingidas pelas águas do Reservatório, também transferida para outro lugar. A sua grande importância econômica comercial fora-lhe dada por sua localização geográfica. Próxima dos limites sul do Piauí, servia de entreposto de comercialização e abastecimento de várias cidades deste estado, como por exemplo Picos, São Raimundo Nonato, Floriano e outras. Algumas décadas atrás quase to-

do o comércio desta região era realizado com a cidade de Remanso, abastecida, por sua vez, de mercadorias vindas, principalmente, de Juazeiro, Bahia e, Petrolina, Pernambuco, transportada em barcas. Remanso foi uma das cidades que menos sofreu com a sua transferência devido, principalmente, à força de seu comércio. Os outros municípios tinham um comércio pobre, voltado quase que exclusivamente para uma demanda interna, com exceção de alguns produtos.

9 - INDÚSTRIA

Praticamente não existia indústrias na região de Sobradinho, com exceção da fabricação da farinha de mandioca e de materiais de construção como telhas e tijolos, que eram fabricados por processo primitivos e artesanais. A produção era toda ela consumida ou negociada na própria região, com exceção de algum excedente de farinha que era vendida para fora. A farinha era fabricada em pequenos engenhos manuais ou, raras vezes, motorizados, instalados em quase todos os povoados e em inúmeras propriedades rurais. Funcionavam em tempos certos, logo após a colheita da mandioca que, no caso das plantadas nas roças de vazante, se fazia no mes de outubro quando o rio começava a subir. Só na sede municipal de Casa Nova havia uma fábrica de farinha que funcionava em tempo integral, num esquema capitalista, isto é, com operários assalariados e com uma produção destinada exclusivamente à comercialização. Era abastecida pelos pequenos produtores que vendiam a sua

mandioca, recebendo o pagamento em dinheiro ou em farinha.

Fora a fabricação destes dois produtos, havia no Município de Sento Sé uma usina de transformação mineral que, pelo seu porte e tecnologia, era classificada como uma indústria de porte médio. Era a COMINAG - Cia. de Mineração e Agropecuária, que extraía magnesita em minas localizadas no Município de Sento Sé e a calcinava em fornos situados na Vila Castela, transformando-a em óxido de magnésio, matéria-prima utilizada na fabricação de tijolos refratários, utilizados no revestimento de alto-fornos. Era o maior empreendimento particular de toda a região, empregando diretamente cerca de 200 pessoas e indiretamente outras 250, ocupadas no corte de lenha usando nos fornos de calcinação. Toda a produção escoava por via fluvial, transportada em grandes chatas que desciam o rio até Juazeiro (BA) ou subiam até Pirapora (MG) para dali seguir em caminhões ou ferrovias.

A empresa COMINAG era o único empreendimento realmente capitalista de porte significativo e marcou o quadro sócio-econômico do Município de Sento Sé de maneira muito particular. Ela foi a primeira empresa a instituir uma estrutura de produção verdadeiramente capitalista, contratando empregados assalariados, registrando-os, dando férias e mantendo-os em uma vila operária em condições diferenciadas de vida

em relação ao resto da população do município.

A Vila Castela foi destruída pelo projeto Sobradinho, pois apesar das suas instalações ficarem fora da cota de inundação, a 392,5 m, estavam dentro da 400 m, a chamada "cota de segurança". Apesar dos acordos de reconstrução e ampliação das suas instalações e de prometerem aumentar a sua produção de óxido de magnésio, a COMINAG foi fechada definitivamente, a Vila Castela não reconstruída e todos os seus empregados demitidos. No entanto, apesar da sua extinção, ficou plantado para sempre na estrutura sócio - econômica do município e da região um embrião de relações de produção capitalista que, de alguma forma, significou um grande avanço para a região.

10 - O USO E A POSSE DA TERRA EM SOBRADINHO

A estrutura fundiária da região de Sobradinho estava profundamente marcada pelas formas de ocupação e posse das suas terras. Fundamentalmente ela estava dividida e representada por dois grupos de pessoas: um minoritário construído por grandes proprietários; e um majoritário constituído por pequenos proprietários, rendeiros, foreiros, posseiros etc, pessoas que viviam quase que exclusivamente da pequena produção agropecuária.

Do ponto de vista jurídico, poucos eram proprietários, isto é, tinham suas terras registradas e possuíam documentos comprobatórios. O que defenia de fato a propriedade da terra eram os documentos de posse passados pessoalmente e a sua ocupação efetiva. Durante os trabalhos de indenização e desapropriação promovido pelo Setor jurídico da CHESF houve um verdadeiro pânico entre os ditos proprietários de terra da região de Sobradinho, principalmente os grandes, po

is só eram pagas as terras que realmente estivessem registradas em cartório que, no caso, foram pouquíssimas. Para escapar à lei e a ação da CHESF, várias pessoas procuraram registrar as suas terras imediatamente e o expediente utilizado foi o da falcatrura, do registro ilegal conseguido através de conchavos com os donos de cartórios, principalmente, e até mesmo com órgãos oficiais do Estado como, por exemplo, o INTER-BA - Instituto de Terras da Bahia. Dessa forma muitas áreas territoriais foram registradas e consequentemente indenizadas pela CHESF, sendo essa ação o privilégio exclusivo de uma minoria formada pelos grandes latifundiários pertencentes às oligarquias locais.

No Município de Sento Sé haviam muitas grandes propriedades mas o que predominava era a pequena posse da terra ou o seu uso através do arrendamento, aforamente, meação e da quartação. A classificação das formas do uso da terra era muito difícil e até mesmo a localização original da maioria das posses adquiridas na caatinga impossível, devido à forma extensiva com que se praticava ali a agricultura e e pecuária. A razão principal disto estava na pobreza destas terras e na quantidade disponível para a sua utilização. Uma roça na caatinga não durava mais de três anos de plantios sucessivos. A partir daí a terra estava exaurida e necessitava de um descanso para se recuperar e se tornar novamente produtiva.

va. Era comum se encontrar abandonadas e tomadas pela vegetação natural dando a impressão de que jamais o seu dono ali voltaria para plantar. Mas não era verdade, a roça estava daquele jeito, aparentemente abandonada, esperando a sua recuperação natural que se dava num período de 4 a 5 anos. Um mesmo lavrador tinha 3 a 4 roças, 2 a 3 sempre em descanso e, este sistema só era permitido por causa da abundância de terras disponíveis na caatinga, principalmente nas áreas de terras mais pobres. As áreas férteis eram sempre ocupadas por médias e grandes fazendas pertencentes às famílias ricas dos municípios.

Nas terras de vazante do rio, firme ou das ilhas, a situação era diferente, predominava o sistema foireiro de ocupação. As terras das ilhas e margens do rio por Lei pertenciam ao Ministério da Marinha e eram administradas pelas Prefeituras Municipais que distribuía os lotes aforando-os a lavradores, usando de critérios às vezes bem insólitos. Mais uma vez aqui o controle político, econômico e social estava nas mãos das oligarquias, visto as Prefeituras Municipais estarem sempre ocupadas por seus elementos. A concessão de um lote em alguma ilha só se dava depois de firmado um pacto político entre o lavrador e o cedente ou um contrato econômico de meiação ou quartação. O pacto político significava antes de tudo uma fidelidade partidária, a certeza de que nas eleições o ocupante das terras das ilhas votaria no candidato escolhido

pelo cedente. O rompimento deste pacto significava a perda do direito de usar as terras das ilhas e do lavrador ter que plantar só na caatinga, no sequeiro. Em Sento Sé em 1973, haviam 608 lavradores foreiros plantando nas ilhas do rio São Francisco, o que significava que uma população de aproximadamente 3.600 pessoas dependiam diretamente destas terras para sobreviver. Significava também uma grande fonte de recursos econômicos e eleitorais para os grupos sociais dominantes.

Apesar de serem terras públicas a posse e o uso das terras das ilhas do rio São Francisco muitas vezes era de domínio privado, pertencendo a uma só pessoa, mais uma vez da oligarquia dominante. Eram verdadeiros feudos onde os lavradores representavam os papéis de servos, plantando e criando animais que eram divididos com os donos de fato das terras. Nos períodos eleitorais havia um grande temor entre os ocupantes das ilhas, pois às vezes, as disputas por algum cargo político, principalmente o de prefeito municipal ou deputado estadual se davam dentro da mesma família oligarca ou entre rivais e a vitória de algum grupo significava a substituição de vários lavradores que plantavam nas ilhas. Eram terras muito cobiçadas e de domínio incerto para o pequeno lavrador. Após o enchimento do reservatório as ilhas do rio ficaram totalmente submersas aparecendo outras, originárias das elevações que ficaram cercadas pelas águas. A propriedade destas ilhas con-

tinuou sendo do Ministério da Marinha e a sua ocupação se deu desorganizadamente e de forma ilegal.

11 - AS CLASSES SOCIAIS

A estrutura de classes sociais na região de Sobradinho era relativamente simples. A propriedade da terra era a relação mais importante na determinação das classes sociais, indicando que, quem tivesse mais terras estaria no topo da pirâmide social e, caso contrário, na sua base. Uma minoria muito pequena estava no topo e a grande maioria na base. Apesar da maioria das terras não ser titulada, havia um outro critério de propriedade que prevalecia na área e era respeitado por todos: o da posse e ocupação de fato da terra que, no caso das grandes fazendas tinham os seus limites mal definidos, mas reconhecidos por quase todos. A referência principal era quase sempre o rio e as suas margens. Ali começavam as grandes propriedades que só terminavam quando topavam com alguma outra. No processo de divisão hereditária as grandes propriedades foram se fracionando e tornando-se cada vez menores, principalmente nas suas referências do rio. Era comum encontrar propriedades com poucos metros no lado marcado pelo rio e

quilômetros de comprimento se adentrando pela caatinga.

No Município de Sento Sé a classe dominante, a dos grandes proprietários de terras, era muito pequena podendo-se até contar os seus membros, cujas origens remontam às épocas da própria colonização, quando a região foi dividida em duas grandes sesmarias: do lado direito do rio a de Garcia d'Ávila, e do esquerdo e de Guedes de Brito, pioneiros na criação de gado e da ocupação regional. É comum ouvir de algum membro de alguma grande família a afirmação jactanciosa de que é descendente de um dos dois sesmeiros famosos. A família Sento Sé que deu o nome ao município confessa, com vaidade, ser "uma família de quatrocentos anos, responsável pela expulsão dos Índios dali".

A classe dos grandes proprietários de terra é ainda a detentora da hegemonia política da sociedade local, mas a base do seu poder deixou de ser exclusivamente a propriedade da terra como era antes. Apesar de todo o atraso econômico, social e cultural da região, algumas transformações importantes ocorreram na sua estrutura sócio-econômica alterando, em parte, o conjunto das suas relações de produção e consequentemente de classes. Isso aconteceu devido principalmente às grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira em decorrência da sua evolução capitalista, notadamente

do seu parque industrial que, apesar de estar concentrado nas grandes cidades do sul brasileiro, espalhou por todo o país uma onda de progresso econômico que chegou até as regiões mais atrasadas e conservadoras. Na região do São Francisco este capitalismo penetrou com lentidão e pouca profundidade na sua estrutura sócio-econômica, mas provocou-lhe algumas mudanças fundamentais. Ampliaram-se as suas relações com o núcleo capitalista do país através do comércio exportador de matérias-primas locais como a carnaúba (hoje quase extinta), a cebola, algodão, mamona, pescado, couro, alguns minerais como a magnésita extraída pela COMINAG e, posteriormente, do importador de produtos industrializados consumidos principalmente pelas populações urbanas das sedes municipais.

Crescendo o comércio exportador/importador aumentou o número de comerciantes locais que, a medida que se enriqueciam ganhavam mais prestígio e poder na sociedade local. O dinheiro aumentou sua importância e conferiu aos que mais o acumulava um papel de destaque ameaçando, às vezes, o poder hegemônico das oligarquias latifundiárias. Estas, prescentindo as novas forças econômicas e sociais dominantes na sociedade brasileira se abriram, modernizando-se, aderindo com maior ênfase ao capital e às novas relações de produção que esta exigia para o seu desenvolvimento. Assim é que se tornaram também comerciantes capitalistas, poderosos não somen

te pela força que lhes dava a propriedade da terra, mas, também, do dinheiro.

Descendo a escala social encontramos logo abaixo dos grandes proprietários de terra a classe dos médios proprietários, os comerciantes atacadistas ou varejistas e os funcionários públicos, principalmente os estaduais e federais. No Município de Sento Sé estas camadas eram muito pequenas e fracas, concentrando-se na sede municipal ou alguns povoados. Seu poder político era relativamente fraco, estando sempre ligados a oligarquia dominante.

O proletariado quase não existia na região, mas era no Município de Sento Sé onde maior número de operários assalariados se concentrava, devido, principalmente, à empresa COMINAG que tinha uma mina de magnesita e uma usina de calcinação do mineral. Empregava, como foi dito, 450 operários, aproximadamente, numa estrutura produtiva nitidamente capitalista. Fora este grupo de assalariados, existiam outros, mas que não podiam ser classificados como proletários. Eram assalariados rurais; os agregados das fazendas, vaqueiros, administradores etc., pessoas que prestavam alguma forma de serviço recebendo em troca um salário previamente estipulado.

Entretanto, apesar desta relação capi-

talista (o salário é a relação social que mais caracteriza o capitalismo) estes indivíduos não poderiam ser classificados de proletários, pois não eram os salários suas fontes principais de subsistência e sim, como a grande maioria, a terra em que plantavam e criavam. Também não havia nenhum vínculo formal entre o empregado e o empregador.

No patamar da pirâmide social estava a grande maioria da população da região e também do Município de Sento Sé: os pequenos ocupantes e trabalhadores da terra. Incluídos nesta categoria estão todos os pequenos produtores que sob a forma de proprietários, arrendatários, forreiros, meieiro, rendeiro etc., tiravam da terra, através da pequena agricultura e pecuária, as poucas riquezas que esta lhes oferecia para a sua sobrevivência. Suas relações com as classes dominantes eram bem especiais, em todos os níveis: econômico e políticos principalmente e, apesar de aparente liberdade estrutural que gozava, sua dependência às oligarquias dominantes era muito grande. De alguma forma o pequeno produtor estava ligado ao grande proprietário de terras, mesmo aqueles que eram donos legítimos da suas terras, no caso uma minoria.

Eis aqui uma das formas desta dominação: mesmo dispondo de muita terra para plantar no saqueiro a caatinga não oferecia possibilidades aos lavradores para vive-

rem exclusivamente das roças aí plantadas, havendo então a necessidade de uma outra localizada na vazante do rio, em terra firme ou nas ilhas, para combinar a sua produção com a do sequeiro, formando assim um ciclo de junção dos dois regimes, única maneira do lavrador subsistir com a sua família.

As terras das ilhas e margens do rio eram como foi afirmado, propriedade do Ministério da Marinha, mas administradas pelas Prefeituras locais quase sempre em mãos da classe dominante, isto é, dos grandes proprietários de terra. Desta forma os mecanismos de dominação e exploração desta classe sobre os pequenos produtores se dava com a ameaça latente e constante que esses sofriam de perder as suas roças na vazante devido a qualquer gesto de rebeldia ou desentendimento. Só nas ilhas do município de Sento Sé trabalhavam a terra molhada 608 lavradores foreiros da Prefeitura numa dependência econômica, política e jurídica muito grande com aqueles que, de fato, governavam estas terras. Por esta forma, e outras, as relações de dependência e dominação entre as duas principais classes sociais se davam basicamente através da propriedade (legal ou não) ou domínio da terra que, no Município de Sento Sé estavam na sua maioria nas mãos da classe dominante. Esta era a relação mais importante da estrutura sócio-econômico local, a base sobre a qual se elevava toda super-estrutura política, jurídica e ideológica da sociedade.

Com a formação do Reservatório de Sobradinho, grandes mudanças ocorreram na estrutura sócio-econômica da região, inclusive no Município de Sento Sé, e a sua principal causa foram as alterações ocorridas no uso e na posse da terra por quase toda a população, principalmente os pequenos produtores, proprietários ou não. A estrutura de classes pouco mudou, estas continuaram as mesmas, mas com algumas alterações positivas (do ponto de vista histórico) nas suas relações. Este assunto será visto mais adiante.

12 - A REGIÃO DE SOBRADINHO DURANTE E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DO RESER- VATÓRIO

O efeito principal causado à região de Sobradinho pela construção do Reservatório (ou Barragem) foi a sua desestruturação sócio-econômica que praticamente começou com as instalações do canteiro de obras da própria barragem. A chegada à região das companhias e empresas responsáveis pelas construções provocou imediatamente um grande alvoroço nas populações locais que, de alguma forma possível, procuraram se incorporar ao empreendimento oferecendo mão-de-obra ou alguma prestação de serviços. Apesar da preferência das empreiteiras' pela mão-de-obra não local, o número de trabalhadores locais foi muito alto não só na construção da barragem com de todas as obras necessárias a implantação do reservatório, como as novas cidades, povoados, núcleos rurais, estradas, pontes, açudes etc., que substituíram os antigos, submersas pelas águas do reservatório. A corrida foi grande aos canteiros de obras, de todas as partes da região partiram pessoas à procura de uma

oportunidade de emprego. Muitos conseguiram, outros não e os que não voltaram aos seus lugares de origem se fixaram próximo às obras esperando em algum momento, uma nova oportunidade de se empregarem. Enquanto isto não acontecia viviam nos acampamentos locais, morando em barracos e vivendo de qualquer tipo de trabalho.

A maioria dos trabalhadores das obras da barragem e do reservatório era de camponeses que nunca tinham se empregado como operários de construção ou recebido qualquer forma de salários. A vida inteira tinham vivido no campo, trabalhando na terra, plantando e criando sob as mais variadas formas: pequenos proprietários, posseiros, rendeiros, foreiros, meieiros etc. O dinheiro, esse intermediário econômico usado principalmente nas ações comerciais de compra e venda, poucas vezes era trocado por esta população que vivia quase que totalmente do que produzia e fabricava, com exceção de alguns produtos industrializados indispensáveis como o açúcar, sal, tecidos, ferramentas etc. A troca direta era mais comum do que a compra, trocava-se um determinada mercadoria por outra diretamente, sem a intermediação do dinheiro.

Com o começo das obras da Barragem e de implantação do Reservatório houve uma subversão profunda na ordem econômica e social da região devido, principalmente, a

abertura de um mercado de mão-de-obra e a contratação de milhares de camponeses como operários, que passaram a se manter, ou melhor, a sobreviver, exclusivamente dos salários mensais. As atividades produtivas originais dessas pessoas foram totalmente abandonadas e só retomadas quando não conseguiam, de forma alguma, algum emprego assalariado. Uma vez convertidos em operários os camponeses resistiam quanto podiam para não voltar a suas antigas funções ligadas a produção agropecuária. Isto porque a vida como produtores rurais era muito dura e difícil naquela região, principalmente nas áreas de caatinga onde as terras eram pobres e secas devido ao regime de chuvas predominante ali. Melhor e mais fácil do que trabalhar numa terra árida e seca, sob um sol abrasador, às vezes nem colhendo o que se plantou, era receber todo fim de mês, ou quinzenalmente, um salário, que, apesar de ser pequeno, lhes possibilitava a sobrevivência e ainda lhes permitia adquirir algum produto especial como um rádio portátil ou uma bicicleta. No acampamento de Sobradinho apesar das más condições existentes a vida que se levava era considerada por quase todos ali estavam como bem melhor do que aquela que tinham deixado no campo devido, principalmente, à regularidade e certeza de que teriam, pelo menos, a alimentação diária, a assistência médica e o dinheiro nas mãos. Outro aspecto notável foi a mudança nas relações de produção. As novas relações, essencialmente capitalistas, comparadas às que prevaleciam no campo que abandonaram eram, para qua

se todos, superiores, lhes proporcionando uma maior liberdade tanto econômica quanto social e, até mesmo, existencial. Como operários a dependência às classes superiores era menos direta e, conseqüentemente, menos sentida por todos. Quase ninguém sabia quem eram os donos das grandes construtoras, para quem trabalhavam e o único dever a ser cumprido era o de trabalhar direito obedecendo aos horários, aos imediatos e as regras do acampamento. Circunstancialmente se sentiam mais livres, poderiam no momento que quisessem romper as relações que haviam estabelecido quando passaram a vender a sua força de trabalho como operários. Isto era uma grande ilusão, mas sentida por todos.

As obras do Reservatório se multiplicaram por quase toda a região de Sobradinho, oferecendo oportunidades de trabalho assalariado a milhares de jovens lavradores que largaram as suas atividades agropecuárias de subsistência e passaram a viver exclusivamente dos salários. A CHESF foi a grande patrocinadora dessas oportunidades pois todo o trabalho de reconstrução das novas sedes municipais de Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, dos inúmeros povoados, pontes, estradas, açudes e vários outros equipamentos ficou sob os seus encargos e responsabilidade. O número de empregados assalariados diretos chegou a aproximadamente 25 mil em todas as obras, incluindo a da própria barragem. Por aí se pode avaliar o vo-

lume de capital aplicado e a quantidade de dinheiro circulante na economia regional e nas mãos da população. Isto representou uma verdadeira revolução econômica e social na região, pois significou a desestruturação quase que total do modo de produção local. Tanto a nível das forças produtivas quanto das relações de produção. A produção agrícola caiu vertiginosamente, muitas roças foram abandonadas e o consumo dos gêneros de primeira necessidade, a alimentação principalmente, passou a ser feito com produtos comprados diretamente no comércio varejista.

13. - O NOVO COMÉRCIO

O comércio varejista foi um dos ramos da economia da Região de Sobradinho que mais se desenvolveu e modificou em decorrência direta do volume de capital injeto na construção da Barragem e Reservatório. Antes, relativamente pobre e pequeno, com exceção do da sede de Remanso, e limitada a um pequeno movimento de compra e venda de gêneros alimentícios e de poucos produtos industrializados, cresceu vertiginosamente logo nos primeiros anos de execução do Projeto Sobradinho, principalmente das obras de infra-estrutura do Reservatório executadas em inúmeros locais. Em 1977 estas obras chegavam ao auge das suas execuções em quase todas as sedes e povoados pois a barragem já havia sido fechada e as águas do rio São Francisco, represadas, subiam rapidamente formando o grande reservatório. Nesta época, cinco anos após o começo das obras, a maioria da população não havia sido ainda relocada ou reassentada e vivia nos seus antigos locais de origem. Um grande alvoroço tomava conta de tudo, a pressa das mudanças aumentava o

número de construções e, conseqüentemente, de empregos assalariados. Esta foi a melhor época para o comércio varejista pois os trabalhadores se mantinham das compras que faziam próximo aos seus locais de emprego. Proliferaram as pequenas lojas, armazéns, bares, restaurantes, boites etc., precariamente instalados em pequenas construções estabelecidas muitas vezes na beira das estradas, do rio e dentro da caatinga.

A situação econômica gerou uma verdadeira "corrida ao Comércio", com milhares de pessoas tentando ou se dedicando a esta atividade e procurando, desta forma, sobreviver às grandes dificuldades materiais criadas com a implantação do Reservatório.

Quando as obras começaram a se declinar, indicando o fim das construções da Barragem e do Reservatório, o primeiro setor econômico a sentir a falta do dinheiro oriundo dos salários dos operários foi o comércio. No acampamento de obras de Sobradinho, o quadro sócio-econômico era sintomático, principalmente na Vila São Joaquim que, como foi dito anteriormente, era a maior das vilas e abertas a todas as pessoas que ali quisessem simplesmente morar, ou comercializar. Mais de uma centena de pontos comerciais fecharam as suas portas, desde o grande ao pequeno, e os poucos que restaram tiveram que se adaptar as novas condições econômicas bem

menos favoráveis que as anteriores.

Na área do reservatório o quadro foi mais desolador ainda, a reversão econômica provocada pelo fim das obras das cidades, dos povoados e de todas as outras provocou o desemprego quase total de todos aqueles trabalhadores que se engajaram nas obras do Projeto Sobradinho. Em pouco tempo milhares de pessoas, principalmente os jovens, estavam desempregados e sem nenhuma possibilidade de se reempregar, pelo menos como operários de construção como era a grande maioria. O dinheiro começou então a sumir como resposta ao desemprego e a queda do número de salários; a concentração do capital aumentou nas mãos de uma minoria local, principalmente nas dos grandes comerciantes, ou foi transferido para outras praças fora da área do reservatório.

No começo de 1978 o comércio varejista criado pela situação sócio-econômica das obras do Projeto Sobradinho, estava praticamente extinto, principalmente aquele ligado diretamente às atividades das obras de construção da Barragem ou do Reservatório e mantido pelos salários dos trabalhadores.

Terminado as obras principais a situação sócio-econômica começou a se redefinir e com ela o comércio

cio varejista, que voltou rapidamente as suas bases originais assentadas principalmente na economia da grande maioria dos pequenos produtores da região e da sua pequena produção agropecuária.

Hoje este comércio se estabilizou chegando aos limites estabelecidos pelas leis reguladoras da procura e da oferta. Com exceção de Remanso, voltou a ser pobre, um pouco menos que antes, refletindo objetivamente as condições econômicas da Região após o enchimento do Reservatório.

14 - A NOVA AGRICULTURA

Um dos maiores impactos causados pela construção do Reservatório de Sobradinho se deu na agricultura, principalmente na utilização da vazante que, a partir em que o reservatório começou a se encher praticamente deixou de existir nas margens do rio São Francisco, em terras firmes ou nas ilhas.

A perda das terras molhadas, a vazante, provocou uma grande desorganização na estrutura produtiva da região, pois causou o rompimento de um sistema de plantio fundamental à sobrevivência da população camponesa, isto é, a junção dos regimes de vazante com o de sequeiro. Quando o reservatório começou a se formar, o regime das vazantes foi imediatamente extinto, significando isto que o lavrador da região de Sobradinho perdeu as suas roças de vazante e passou a plantar exclusivamente no sequeiro, isto é, nas terras da caatinga. Mais do que isto, significou também a perda da metade da

sua produção agrícola, destinada quase que exclusivamente ao auto-consumo familiar. Passando a plantar só no sequeiro, o lavrador ficou mais dependente das chuvas, pois aí as roças só produziram após a molhação da terra pelas chuvas que na região começavam a cair em outubro, só parando nos meses de março ou abril. A colheita se dava logo, no máximo de dois meses após o término das chuvas quando começava então a estiagem que durava até o mês de outubro. Nesse período de estiagem é que o lavrador passava a plantar nas vazantes, nessa época molhada e fertilizadas pelas águas do rio que haviam decido para o seu leito normal.

Essa desorganização provocou uma desestruturação muito grande na base produtiva das comunidades afetadas pelas águas do Reservatório de Sobradinho, que tiveram ' de procurar outras formas ou lugares para plantar e recuperar a sua produção e manter a sua subsistência pelo menos nos níveis tradicionais.

Uma das soluções experimentadas foi a utilização da vazante do Reservatório cujas margens se estendiam por mais de 2.000 km. Entretanto isto foi muito difícil ou, mesmo, quase impossível, devido as características desta vazante que pouco serviu para a agricultura, a não ser aquela irrigada artificialmente. Para o pequeno lavrador de nada ser

viu tanta vazante que, por lei era proibida de se utilizar, visto estar dentro da cota 400, a "cota de segurança".

Uma das características mais importantes da vazante do Reservatório é a sua variação de linha, isto é, da altura da sua cota que, subindo ou descendo imprevisivelmente impossibilitou a sua utilização na agricultura. Estando definida numa determinada altura, define também os limites das áreas que poderão ser trabalhadas e plantadas. Mas, imprevisivelmente, a sua cota pode se alterar, subindo ou descendo e trazendo consequências desastrosas para todos aqueles que plantaram próximo à linha de inundação, isto é, na vazante do Reservatório. Subindo, as plantações podem ser inundadas e destruídas por afogamento: descendo, o inverso, as plantações podem se perder devido à falta d'água. Assim é que plantar na vazante do lago é um risco muito grande apesar de um ato ilegal.

Devido a estes impasses criados para a agricultura de vazante o lavrador da região de Sobradinho teve que aumentar as suas atividades produtivas nas roças de sequeiro, aumentando as áreas de plantio e diversificando as culturas. Mas os resultados foram poucos alentadores e para se ter uma idéia concreta, tomamos o exemplo dos povoados de Algodões, São Gonçalo, Brejo de Fora, Brejo de Dentro, Piçarrão, Tatuf II, Pirí, Quixaba e Bazuá que no ano de 1978, segundo a

CHESF, só por falta de chuvas, teve a média de perdas dos plantios em cada povoado estimado em 60%, atingindo em alguns núcleos mais de 70%, e no caso extremo de Algodões, 94%.

Do exposto pode concluir que para a agricultura, ou melhor, para os pequenos produtores agrícolas da região de Sobradinho o Reservatório não trouxe até agora nenhum proveito. Ao contrário, só prejuízo como, por exemplo, a extinção da vazante do rio responsável pela maior parte da sua produção agrícola.

Espera-se que, com o passar do tempo, as populações transferidas já tenham aprendido a conviver com as vazantes do reservatório dominando-as, e que voltem a reconstituir a sua agricultura com base neste regime.

15 - A NOVA PESCA

A pesca sofreu profundas modificações na região de Sobradinho após o enchimento do reservatório. Mudaram inteiramente as condições ambientais naturais com a alteração de um grande trecho do rio São Francisco que se transformou num grande lago.

Imprevisivelmente o peixe se multiplicicou no novo ambiente lacustre, surpreendendo a todos aqueles que trabalhavam na pesquisa ou projetos de piscicultura para o lago e que afirmaram que os índices de pisciculosidade deste baixariam consideravelmente em relação aos do rio devido às alterações ambientais que ocorreriam com a formação do reservatório. Como consequência desta compreensão nenhum projeto foi elaborado para a imediata execução, pois o que se previa oficialmente era que a piscicultura no Reservatório de Sobradinho só atingiria níveis consideráveis depois de um prazo de 5 ou mais anos, quando o ambiente lacustre estivessem mais ou menos definido, proporcionando condições de vida para os peixi

xes.

Este erro, ou subestimação, reforçou as idéias e projetos oficiais que descartavam qualquer alternativa de relocação ou reassentamento na beira do lago e apresentavam' como única alternativa possível para a população de Sobradinho a sua transferência para as Agrovilas do PEC - Projeto Especial de Colonização - Serra do Ramalho, construídas pelo INCRA, localizados no Município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, com a finalidade de receber 4.800 famílias da região de Sobradinho.

Contrariando radicalmente as previsões' "científicas" sobre a piscicultura no lago de Sobradinho, o peixe se multiplicou várias vezes no novo ambiente criando uma oferta de pescado que se tornou uma verdadeira "Tábua de Salvação" para todos os relocados que permaneceram na borda do lago em condições extremamente difíceis.

A pesca em Sobradinho em 1978 envolvia diretamente, aproximadamente, 2.680 pescadores, segundo a CHESF, dos quais 350 seriam pescadores de fora atraídos pela alta pisciculosidade do Reservatório. A tecnologia de pesca foi bastante alterada, com a introdução de novas técnicas e apetrechos que substituíram os antigos barcos, canoas e redes foram imediatamente substituído por outros adequados às novas características do Reservatório, bem distintas das do rio. A tradicional e

simples vara de pescar tornou-se totalmente inadequada à pesca, que passou a ser realizada só com redes, mas não com as de modelos antigos e sim com as de novos que não eram arrastadas, e sim colocadas fixamente para que o peixe se prendesse a ela fosse retirado um a um.

Os barcos também foram modificados ou substituídos, os antigos não serviam mais para as águas do reservatório que, a depender de alguns fatores, formavam ondas com até 5 metros de altura.

A pesca é outro exemplo da desorganização e desestruturação da base produtiva de certos setores da população de Sobradinho. De uma atividade praticada geralmente de forma isolada e tecnicamente primitiva passou a ser, devido às novas condições oferecidas pelo Reservatório, coletiva, isto é, exercida por grupos que usavam uma tecnologia bem mais evoluída. Esta mudança provocou também alterações nas relações sociais de produção que passaram a ser bem mais complexas que antes. Hoje sua organização já é, em alguns casos, capitalista, pois é praticada por certas empresas que utilizam mão-de-obra assalariada.

16 - AS CLASSES SOCIAIS DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

A estrutura de classes sociais da Região de Sobradinho pouco se alterou com a construção da Barragem e do Reservatório, sobretudo no que se refere às suas relações sociais, apesar das mudanças profundas ocorridas na base produtiva da sociedade local com relação ao uso e posse que foi profundamente alterada nos seus aspectos jurídicos principalmente, como consequência de uma política de titulação de terras que veio beneficiar, antes de tudo, o pequeno produtor.

A política de regularização fundiária ficou a cargo da INTERBA, o Instituto de Terras da Bahia que na verdade, pouco realizou do seu programa de titulação de todas as terras da região visando acabar, de uma vez por todas, com as lutas, crescentes na região pela disputa da terra. Ironicamente, a presidência deste instituto foi dada a um líder político local, filho de uma velha oligarquia de Sento Sé e dono, de fato, da maioria das terras do município, que alguns me

ses depois de assumido o posto foi demitido acusado de corrupção por ter facilitado a titulação ilegal de imensas áreas da região em nome de familiares e amigos, todos eles já grandes fazendeiros, membros da classe dominante local. Este fato evidenciou mais uma vez a força das velhas oligarquias locais sempre ativas e participantes do processo de desenvolvimento econômico do país apesar da sua postura reacionária e oportunistas.

Os grandes proprietários aumentaram significativamente as suas terras, reforçando as bases tradicionais do seu poder econômico e político e conseguindo manter a sua hegemonia social tradicional, apesar de toda a desorganização e desestruturação ocorrida na sociedade local.

As classes intermediárias dos médios proprietários e médios comerciantes, principalmente, também reforçaram as suas bases econômicas e políticas, pois os primeiros, da mesma forma que os grandes proprietários de terras, aumentaram as suas propriedades.

A classe mais afetada do ponto de vista econômico foi a dos pequenos produtores, ou seja, a dos pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, posseiros e foreiros que, sem força política própria ou representada, sofreram mais profundamente os impactos gerais provocados pela construção da

Barragem e do Reservatório de Sobradinho. Ficaram durante todo o processo de implantação do Reservatório alheios e impotentes às forças transformadoras da estrutura sócio-econômica regional, amoldando-se a uma reorganização dirigida oficialmente, ou a uma dinâmica espontânea regularizadora das forças sociais e econômicas da estrutura regional.

A mudança mais importante em seu benefício se deu nas suas relações com a terra que passou a ser propriedade de muitos de acordo com a política fundiária oficial que se pretendeu implantar em toda a região de Sobradinho. Essa política, aliás, visava distribuir racionalmente as terras de Sobradinho a todos aqueles que fossem atingidos pelas águas do reservatório e que forçosamente seriam relocados ou reassentados em outros lugares. Como era de se esperar esta política não teve sucesso, uma grande parte desta população apesar de ter sido relocada ou reassentada oficialmente não recebeu seus títulos de propriedade continuando, dessa forma, tão desprotegida como antes. Suas relações com as classes dominantes modificaram, relativamente, principalmente a nível econômico, mas pouca coisa politicamente. Continuaram, em números menores, os posseiros, rendeiros, meieiros e arrendatários trabalhando em terras alheias, principalmente nas dos grandes proprietários e oligarcas locais.

O aumento do proletariado local foi efêu

mero, resultou, como foi dito antes, da oferta de trabalho nas construções da barragem e de implantação do reservatório quando milhares de jovens, oriundos do meio rural, largaram suas atividades agropecuárias e se engajaram nas obras de construção civil. Neste período viveram como operários assalariados dentro de um contexto sócio-econômico e jurídico nitidamente capitalista, inteiramente divorciados das classes dominantes locais, por um período que, se não os tornou definitivamente em operários, os modificou profundamente nas suas consciências de classe, tanto política quanto ideologicamente.

Hoje a maioria desses operários voltou às suas atividades de origem, revertendo violentamente a sua história, isto é, vivendo novamente da terra e da pequena produção agropecuária.

Apesar de tudo isto, sua existência efêmera marcou e mudou profundamente a estrutura social de Sobradinho, dando-lhe feições mais capitalista e moderna.

C O N C L U S ã O

A construção da Barragem/Usina e do Reservatório de Sobradinho desde o começo das suas obras até os dias atuais causou e tem causado, sucessivamente, profundas modificações na estrutura sócio-econômica da Região Média do rio São Francisco, onde foram implantados.

O local, uma das regiões mais atrasadas do País assistiu, da noite para o dia, a uma verdadeira revolução que, se não alterou radicalmente as bases econômicas, sociais, jurídicas e políticas da sociedade, as modificou profundamente, causando grandes midificações em todos estes níveis.

Econômicos, porque de uma atividade productiva predominantemente agropecuária de sobrevivência, quase sem nenhum excedente comercializável necessário a alguma capitalização, a população de Sobradinho foi transformada num grande exército de mão-de-obra capitalista, atuando como operários nas diversas empresas que construíram a Barragem/Usina e o Reservatório. Sua renda principal, antes oriunda da terra, passou a ser da sua força de trabalho vendida e paga em salários.

Sociais, porque desorganizada a base produtiva tradicional novas relações sociais se estabeleceram na produção resultando, assim, um quadro social bem diferente do

antigo.

Jurídicas, devido principalmente ao programa de titulação de terras que, apesar de não haver sido completado, tornou proprietários legais milhares de pequenos produtores rurais antes posseiros, foreiros ou simplesmente ocupantes de terras particulares ou devolutas do Estado da Bahia.

Políticas, porque com a legalização da propriedade da terra e a proletarização de milhares de lavradores a estrutura de classes da sociedade local se alterou, diminuindo muito a dominação política dos grupos minoritários sobre a maioria da sociedade.

Causando estas e outras transformações na sociedade local a Barragem/Usina e o Reservatório de Sobra dinho marcaram o início de uma nova etapa na história da região, preparando-a para o seu desenvolvimento capitalista.

S U M M A R Y

In 1972, The São Francisco Hidroelectric Company, affiliated with ELETROBRÁS, started the construction of a hidroelectric plant and a reservoir in Sobradinho, along the middle São Francisco River. The dam, an immense wall of 13 km, contains approximately 37 billion cubic meters and has formed a reservoir of 4,214 km² at its maximum height.

The construction provoked a "revolution" in the area, not only in economic terms, but also in its social, cultural and juridical aspects. Its construction employed approximately 25 000 workers, in their majority recruited from the rural areas where they used to work as small farmers.

The reservoir flooded four important towns - Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, and Remanso - and dozens of small villages. About 70 000 families had to be transferred to other sites. The people were forced to give up the rich riverine soil for less fertile, semi-arid land.

This paper discusses the effects of the Sobradinho Hidroelectric plant and reservoir on the social and economic structure of the region and examines in detail

the changes in its productive base. It tries to show how a society dormant for centuries was suddenly awakened and became involved in a productive scheme, whose basic rules are entirely different from those already existing. Moreover, it shows the strong penetration and development of modern capitalism in a given rural area which was totally backwards, thus subverting and transforming its whole social and economic order. Based on the author's personal and professional experience as one of these people in charge of population relocation for the Sobradinho Project, this paper's purpose is to help all of those who deal with the rural population Brazil, and who are involved in their development. It is a report of an experience viewed and analyzed by a rural sociologist.

B I B L I O G R A F I A

- Amin, S., 1977. A Questão Agrária e o Capitalismo. Samir Amin e Kostas Vergapoulos Trad. de Beatriz Resende. Rio de Janeiro 3 d. Paz e Terra.
- Cardoso, F.H. e Müller, G. 1977. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo. Ed. Brasiliense.
- Carone, E., 1970. A Velha República (Instituições e Classes Sociais). Rio de Janeiro. Difusão Européia do Livro.
- CESP. 1970 . Reservatório. Modelo Piloto de Projeto Integral. Trabalho elaborado pela Diretoria de Recursos Naturais e de Desapropriações da Companhia Energética de São Paulo. CESP São Paulo.
- Ianni, O, 1977. Estado e Planejamento no Brasil(1930-1970). Rio de Janeiro. 2ª ed. Civilização Brasileira.
- Ianni, O., 1972. Teoria de Estratificação Social. São Paulo. Ed. Nacional.
- Ianni, O., 1979. Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro - Ed. Civilização Brasileira SA.
- Marx, K., 1975. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro Ed. Paz e Terra.

- Martins, J. de B. ,1979. O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- Megggers, B.J.,1977. Amazônia: A Ilusão de um Paraíso. Trad. de Maria Yeda Linhares apres. de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- Mosher, AT.,1978. Creación de Una Estructura Rural Progresiva(AlServicio de una Agricultura Moderna.Trad. al Español de Vicente Agret Armer. México, D.F. Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana. 1ª ed.
- Oliveira, F.de,1977. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- Prado Jr.C., Echeverria,J.M., Paixão M., Paiva,R.M, e Averbug,M. 1969."A Agricultura Subdesenvolvida". Petrópolis. R.J.Ed. Vozes Limitada.
- Stavenhagem, R. 1972. Las Clases Sociales en las Sociedades Agrárias. México.DF Cuarta Edición. Siglo Veinteuno Editores S.A.
- Szmrecsanyi, T. 1976. Vida Rural e Mudanças Sociais: Leituras Básicas de Sociologia Rural.(port. Tamás Szmrec Sanyi e Oriowaldo Quedo. Organizado por São Paulo. Ed. Nacional 2ª ed.

Velho, O. G., 1976. Capitalismo Autoritário e Capitalismo.(Um Estudo Comparativo a partir da fronteira em movimento)São Paulo - Rio de Janeiro - DIFER.

Velho, O.G., 1972. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônia Rio de Janeiro Ed. Zahar Editores.

Silva, J.T. da, 1978. Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930) São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.

Tavares, V.P., Considera. C.M., Silva, M.T.L.L. de C, 1972. Colonização Dinífida no Brasil. Suas possibilidades na Região Amazônica. Rio de Janeiro. IPEA/INPES.

Hidroservix - Engenharia de Projetos Ltda. 1973. Reservatório de Sobradinho: Plano Integrado de Relocações das Sedes dos Municípios atingidos pelo Reservatório. São Paulo.